

SindCT recebe o economista Márcio Pochmann

Confira entrevista nas páginas 4 e 5

Divulgação



Boa Notícia

Página 3

Aumento da contribuição social (PSS) para 14% perde validade

Programa Espacial

Página 6 e 7

Nas primeiras reuniões, CDPEB invade competências da AEB, erra e deixa INPE de fora dos GT

Dieese avalia

Página 12

Tabela do IR tem defasagem de quase 90% - última correção ocorreu em 2015

A Reforma da Previdência não pode passar!

Temer divulgou que quer aprovar a Reforma da Previdência no apagar das luzes do seu governo, depois das eleições, último suspiro de um governo que, sem legitimidade, impõe à sociedade maldades que jamais seriam nem mesmo sugeridas em condições de normalidade democrática. Sob o argumento de garantir equilíbrio a longo prazo, a proposta da PEC 287/2016 dificulta o acesso à aposentadoria e rebaixa o valor dos benefícios previdenciários. O debate público decorrente levou o governo a ceder em alguns pontos mais absurdos, a fim de angariar apoio de algum setor mais prejudicado.

Atrapalhado pelos esforços políticos demandados por duas denúncias contra Temer, este governo podre não conseguiu apoio para levar a proposta à votação na Câmara. Agora, cogita-se que os votos para sua aprovação estariam mais acessíveis após as eleições, tanto entre os reeleitos, que só serão submetidos a novo sufrágio universal daqui quatro anos, quanto entre os derrotados, que não teriam mais o que perder, ambos, portanto, mais "corajosos" em afrontar a opinião pública, fiados no esquecimento do povo.

É mais uma covardia deste governo, fujão de qualquer discussão séria sobre o assunto. Diversos setores da sociedade apresentaram



inúmeros argumentos contra esta reforma. Por meses, a CPI da Previdência realizou audiências e debates; seu relatório, de outubro de 2017, expôs inúmeras falácias: os cálculos do governo não consideram as receitas da previdência previstas na Constituição. O relatório deixou claro que a previdência pública brasileira não é deficitária e que as dívidas de seus maus pagadores são sistematicamente perdoadas pelos ditos "refis". Passados mais de seis meses, o governo e seus especialistas não deram nenhuma resposta aos questionamentos da CPI. Ao invés disso, criaram outro discurso falacioso,

inventando privilégios inverossímeis sobre a aposentadoria dos servidores públicos.

Enfim, a argumentação e as contas do governo foram convenientemente enviesadas para tentar justificar uma decisão errada, totalmente antissocial, além de economicamente míope, de uma equipe econômica financista, que quer resolver o problema da Previdência Social olhando apenas o lado das suas despesas e prejudicando seus usuários, a população, que depende de uma aposentadoria já capenga e insuficiente em valor para custear com um mínimo de dignidade a velhice do brasileiro.

Quanto a nós, servidores públicos, já temos sido suficientemente sacrificados: já temos idade mínima delimitada para aposentadoria; já tivemos a redução dos proventos da aposentadoria para o valor do teto do Regime Geral da Previdência, com o agravante de não recebermos FGTS e continuarmos contribuindo mesmo após a aposentadoria; já temos aplicados os critérios da regra 95, tempo de contribuição somado à idade, similar à regra da mitigação do fator previdenciário na aposentadoria do Regime Geral; somos, a todo momento, ameaçados de confisco salarial, por meio do aumento da alíquota de contribuição.

A situação do país é muito ruim, mais de 28 milhões de desempregados criam uma pressão social difícil de se controlar. Estamos no limiar da capacidade de resistência do povo. Indiferente, o governo insiste em continuar retranqueiro e entreguista.

Reafirmamos: as Reformas, Trabalhista e da Previdência, associadas à Emenda Constitucional – EC-95, de limite dos gastos do governo até 2020, são um conjunto de ações que representam o maior projeto de empobrecimento de um povo em tramitação no mundo, travam a roda da economia, geram desigualdade, aumentam o abismo econômico e social entre classes. A desestabilidade social e política já esticou o tecido social ao extremo de sua resiliência.



ENTREVISTAS AO VIVO TODA

SEGUNDA, QUARTA E SEXTA,

SEMPRE ÀS 15 HORAS

Programação com música de qualidade 24 horas por dia

PACOTE DE MALDADES DO GOVERNO TEMER

Aumento da contribuição social de 11 para 14%, perde a validade

Queda da Medida Provisória é uma conquista da mobilização dos servidores públicos

Por José Roberto Sodero e Alessandro Cardoso Faria

Em outubro de 2017, o presidente Michel Temer editou a Medida Provisória MP-805, que aumentava a alíquota da contribuição social (PSS) de todos os servidores públicos federais, inclusive os aposentados e pensionistas, de 11 para 14%.

Além disso, a MP 805/17 também adiava o reajuste salarial, de 2018 e 2019, de parte dos servidores federais. A MP atingia diretamente os servidores que, na campanha salarial de 2015, fizeram acordo para aumento parcelado em três ou quatro anos (não foi o caso da C&T).

Contra tal medida, o Partido

Socialismo e Liberdade – PSOL, no mês de novembro de 2017, propôs a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.809 contra a referida Medida Provisória.

No dia 18/12/2017, o Ministro Ricardo Lewandowski concedeu liminar para suspender os efeitos da medida provisória, até que o processo fosse levado ao Plenário do STF.

Embora a Ação tenha sido proposta pelo PSOL, inúmeras entidades, inclusive o SindCT, passaram a requerer a participação na referida Ação Judicial, para figurar como Amicus curiae, que consiste na possibilidade de pessoas ou entidades com representatividade nacional intervirem no processo, com o objetivo de auxiliar o Tribunal para oferecer dados e esclarecimentos necessários à resolução da causa que será julgada pelo STF.

No entanto, a Medida Provisória 805/17, que já estava com seus efeitos suspensos em razão da liminar concedida pelo STF, perdeu sua validade no último dia 8 de abril, por



não ter sido apreciada pelo Congresso Nacional e, conseqüentemente, não ter sido convertida em Lei no prazo de 120 dias, conforme estabelecido pela Constituição Federal.

Em razão da perda da eficácia da MP 805, o Supremo Tribunal Federal julgou prejudicada a Ação proposta pelo PSOL, em razão da perda do objeto.

A conclusão que se extrai de toda esta situação é que a queda da Medida

Provisória é uma conquista da mobilização dos servidores públicos federais, que através das suas entidades representativas atuaram tanto no Judiciário quanto no Congresso, para barrar mais uma tentativa do Governo Federal de retirar direitos dos servidores públicos federais.

José Roberto Sodero e Alessandro Cardoso Faria são assessores jurídicos do SindCT

O SindCT e o fim do imposto sindical

Como o fim do imposto sindical pode afetar os trabalhos do SindCT?

Da Redação

A Reforma Trabalhista, aprovada no ano passado, acabou com a cobrança do imposto sindical. Com isso, alguns servidores ficaram preocupados com o SindCT.

A contribuição sindical (ou imposto sindical) é paga pelo trabalhador uma vez por ano e corresponde à remuneração de um dia normal de trabalho (1/30 da remuneração mensal), sem inclusão de horas extras.

Essa contribuição foi criada na década de 40. O artigo 592 da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT estabelece as regras para o uso, pelos sindicatos, do dinheiro proveniente da contribuição.

Entre esses usos, estão a manutenção de creches, programas de prevenção de acidentes de trabalho, cooperativas, bibliotecas, realização de congressos, feiras, conferências, exposições etc.

Para cada destinação do dinheiro do imposto sindical, há uma regra.

Os recursos dessa contribuição sindical eram distribuídos da seguinte forma:

- 60% para os sindicatos;
- 15% para as federações;
- 5% para as confederações.

• Os restantes 20% eram destinados para a chamada “conta especial emprego e salário”, administrada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que custeia programas de seguro-desemprego, abono salarial, financiamento de ações para o desenvolvimento econômico e geração de trabalho, emprego e renda.

Ao contrário do que muitos

pensam, nem todos os sindicatos e centrais trabalhistas são favoráveis a esse imposto. Em 2012, a CUT lançou uma campanha contra o desconto do imposto sindical.

Em 2008, as seis centrais do país (CUT, Força, UGT, CGT, CTB e Nova Central) chegaram a assinar um compromisso para substituir o imposto sindical por uma contribuição negocial, definida em assembleia geral e vinculada a uma negociação coletiva. As demais centrais, porém, abandonaram a ideia, que passou a ser defendida apenas pela CUT e pelo Ministério Público do Trabalho.

Com relação ao SindCT, a Reforma Trabalhista não o prejudica em nada, pois o SindCT nunca recebeu esse imposto de sua categoria. O SindCT é mantido, exclusivamente, pela contribuição mensal de seus filiados, que pagam ao sindicato 1% sobre o valor dos itens que compõem a remuneração, os

quais, em grande parte, foram conquistados com a ajuda do SindCT (não da remuneração total).

Para nós e para a nossa categoria, não haverá nenhuma mudança com o fim do imposto sindical. O trabalho do SindCT para sua categoria não será afetado.

Como a CUT, o SindCT entende que seria melhor a substituição do imposto pelas opções apresentadas. Entretanto, não há como concordar com a sua extinção, que ocorrendo sem essa discussão, resulta no desmantelamento da estrutura de financiamento da atividade sindical.

O SindCT é contrário à Reforma Trabalhista por entender que a flexibilização da CLT proposta precariza o trabalho dos brasileiros, contribuindo para o empobrecimento da população, dificultando a conquista da aposentadoria, aumentando o desemprego e criando uma nova categoria de subempregos.

PAÍS ENFRENTARÁ DIFICULDADES PARA RETOMAR CRESCIMENTO E GERAR EMPREGOS

Marcio Pochmann: “estamos aprisionando o futuro do país”

Economista afirma que o Brasil está perdendo capacidade de gerar pesquisa e produção tecnológica

Por Shirley Marciano

O Brasil ainda está vivendo os reflexos da crise econômica mundial de 2008 e, diante das ações do Governo Temer, dificilmente conseguirá retomar o crescimento e a geração de empregos. A afirmação é do político e economista Márcio Pochmann, em entrevista ao Jornal do SindCT.

Entre os pontos mais combatidos pelo economista, doutor em Ciências Econômicas pela Unicamp, onde atualmente leciona, estão as medidas de flexibilização para contratação, o aumento da jornada de trabalho e da idade mínima para aposentadoria.

Pochmann também falou sobre as eleições deste ano e sobre a atual política de investimentos do Governo Federal em Ciência e Tecnologia.

SindCT - O Brasil ainda está sob os efeitos da crise econômica internacional de 2008? Em quais aspectos ela ainda afeta a economia e as relações trabalhistas?

Pochmann – O Brasil adotou algumas iniciativas em 2008 que permitiram ao país passar sem gravidade pelas crises entre 2008 e 2010. Porém, os efeitos sobre a economia foram se prolongando e isto ocasionou problemas adicionais, do ponto de vista de se manter o crescimento econômico do país. Entre 2011 e 2014, a economia brasileira manteve um ritmo constante de desaceleração e entre 2015 e 2016 tivemos a mais grave recessão da história brasileira. De 2017 para cá, a economia está estagnada. Não há recessão, mas também não conseguimos voltar a crescer. Sem o crescimento econômico, as empresas passam a atuar de maneira mais defensiva. As famílias também não se endividam, procuram pagar dívidas passadas, não tomam



Márcio Pochmann e Ivanil E. Barbosa, durante entrevista para a Rádio CT

novos créditos. Então, neste quadro, dificilmente a situação do emprego e da renda melhora. A gravidade é maior pelas medidas adotadas pelo governo Temer com relação às reformas de liberalização, flexibilização e redução de direitos dos trabalhadores. Isto fez o custo do trabalho cair acentuadamente, sem que houvesse elevação do emprego.

SindCT - Sua avaliação quanto à estagnação do crescimento vai de encontro aos números divulgados pelo Governo Temer, que apresenta perspectiva de crescimento de cerca de 3% neste ano e em 2019, além de inflação na casa dos 4%, também para o mesmo período. A previsão do Governo está sendo otimista demais?

Pochmann - Essa previsão é proveniente do Comitê de Política Monetária - Copom. Na verdade, fruto de um balanço que o Banco Central oferece, baseado na opinião de economistas do mercado financeiro. Ela não expressa, necessariamente, a opinião do setor produtivo, das famílias ou mesmo dos trabalhadores. E temos percebido que estas expectativas sempre são muito otimistas no início do ano e, com o passar do período, elas vão encolhendo. É o que estamos verificando neste momento,

com os dados que o IBGE divulgou. Segundo o órgão, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acelerou de 0,09% em março para 0,22% em abril, acumulando 2,76% nos últimos 12 meses. Agora, mais recentemente, o Banco Central, em uma estimativa de desempenho do PIB, manteve a previsão em 2,6%. Isto mostra que, neste ano, o Brasil não terá crescimento econômico que possa apontar sequer para uma perspectiva de recuperação da economia.

“É comum que propostas de mudanças na Legislação Trabalhista ocorram sempre em períodos de recessão”

SindCT - O Governo Temer afirma que as reformas na legislação trabalhista são necessárias ao país e que vão aumentar a oferta de emprego. Qual a sua opinião?

Pochmann – É comum que propostas de mudanças na Legislação Trabalhista ocorram sempre em períodos de recessão. Isto aconteceu, por exemplo, nos anos 90, no governo FHC, quando tivemos uma série de iniciativas para flexibilizar a legislação trabalhista e reduzir o custo do trabalho, que também não apresentaram resultados práticos. O que percebemos é que o custo do trabalho no Brasil, que era quase cinco vezes maior em relação ao custo na China até 2014, por exemplo, hoje é inferior. Ou seja, tivemos uma redução drástica do custo de contratação de trabalhadores, sem que isto viesse acompanhado da ampliação da oferta de emprego. Pelo contrário, as pessoas estão ganhando menos e há grande número de desempregados. O que determina o emprego não é o custo de contratação, mas, fundamentalmente, se há demanda para a produção ou para a prestação do serviço destas empresas. O que eleva o emprego é o aumento da atividade econômica.

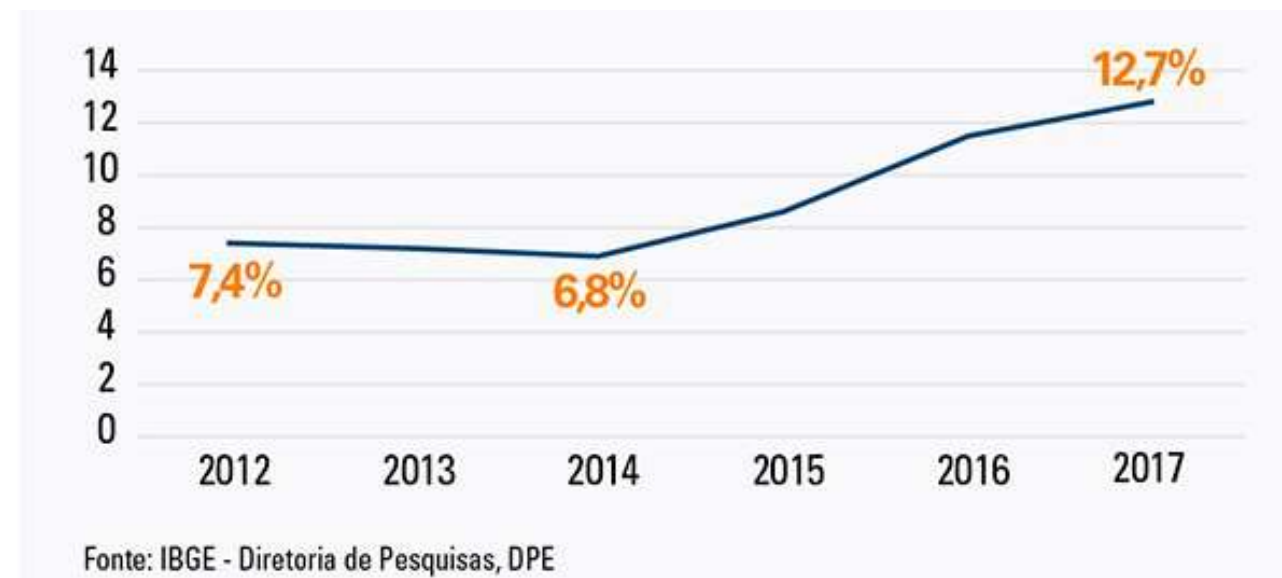
SindCT - O setor de serviços tem a maior participação na economia. No 4º trimestre de 2017, o setor de serviços representou 75,2% do PIB brasileiro, a indústria alcançou os 21,4% e a agropecuária, 3,4%. É sabido que o

crescimento só pode ser alcançado com o desenvolvimento tecnológico, mas o setor de Ciência e Tecnologia vem sofrendo sucessivos cortes, como os 44% retirados do orçamento da área em 2018. Qual sua opinião sobre as chances de crescimento do país neste cenário?

Pochmann - Em países periféricos como o Brasil, a expansão tecnológica depende fundamentalmente da atuação do Estado. Olhando para países desenvolvidos, a presença das empresas privadas no investimento em inovação tecnológica é bem mais significativa. No nosso país, se você não tem uma atuação forte do Estado, obviamente não virão investimentos do setor privado. Então, à medida que há corte de investimentos do setor público para inovação tecnológica, nós, na verdade, estamos aprisionando o futuro do país, porque o progresso técnico é ponto chave para o crescimento. O país está voltando a viver um quadro já enfrentado nos anos 90, a “fuga de cérebros”. Como perdemos capacidade de gerar pesquisa e produção tecnológica e empregos, nos setores público e privado, as pessoas mais capacitadas buscam emprego fora do país. Isto é resultado da ausência de estratégia de desenvolvimento nacional. As políticas atuais prestigiam o financiamento do “rentismo” em detrimento da produção e do investimento.

SindCT - O que o país poderia fazer para tentar minimizar essa situação?

Pochmann - A obtenção do emprego depende da formação, da qualificação e da aprendizagem permanente, mas isto não é suficiente se não houver política de geração de empregos e crescimento econômico. E nós temos uma dificuldade adicional: os principais segmentos, principalmente aqueles que demandam trabalhadores com maior qualificação, estão tendo mais dificuldade de expandir, por conta de um processo de desindustrialização, agravado pelo atual governo. O setor primário, que ainda registrou algum crescimento nos últimos anos, não absorve a mão de obra. Em 2017, a agropecuária brasileira cresceu 13%, mas reduziu empregos, tanto formais quanto informais. Além disso, mesmo com este crescimento, ela representou somente 1% do PIB. O setor que ainda pode gerar empregos é o setor de serviços, onde temos vagas ligadas ao estilo de vida das famílias mais



Evolução do desemprego no Brasil - No 1º semestre de 2018, índice já atingiu 13,1%

ricas. São vagas na área de segurança, limpeza, entretenimento, cuidados pessoais etc. Empregos que, em geral, não demandam muita qualificação e os salários pagos são geralmente muito baixos.

SindCT - As questões debatidas nas reformas da previdência e trabalhista, que se referem à idade mínima para aposentadoria e ao aumento da carga horária de trabalho semanal, têm relação com o aumento do número de empregos?

Pochmann - Não há dúvidas de que o tempo de permanência no mercado de trabalho é uma das variáveis que determina o número de pessoas sendo contratadas em determinados níveis de produção. Se tivermos, de fato, uma reforma trabalhista que imponha maior tempo de permanência, certamente teremos dificuldades para a inserção dos jovens. A ideia da aposentadoria não é apenas de dar algum conforto para pessoas que já tiveram uma jornada de trabalho prolongada, mas também permitir a renovação do emprego. Se você tem um movimento para manter as pessoas trabalhando por mais tempo e se o país não tem atividade econômica suficiente para gerar novas vagas, nós teremos uma

situação de desemprego estrutural. O mesmo ocorre com a jornada de trabalho semanal. À medida que se impõe mais horas de trabalho para as mesmas pessoas, imediatamente há redução das novas contratações, porque você tem o mesmo contingente trabalhando mais.

SindCT - Do ponto de vista econômico, quais setores foram favorecidos e quais foram prejudicados com o impeachment de Dilma Rousseff?

Pochmann - O argumento oferecido em 2015 e 2016 era que o governo Dilma seria incapaz de dar ao país um horizonte razoável e que, naquela oportunidade, a troca por Temer permitiria ao país voltar a ter uma situação melhor. Com o passar do tempo, o que se foi percebendo é que o impeachment de Dilma foi um golpe contra a população, principalmente a situada na base da pirâmide social. Isto ocorre porque, de 2016 para cá, o país teve uma piora nas contas públicas. O desemprego, a pobreza e a desigualdade aumentaram. Eu diria que as mudanças que foram feitas a partir de 2016, em função do golpe, são mudanças direcionadas justamente para os ricos, para os segmentos mais privilegiados do país, especialmente aqueles que

vivem de renda e do próprio endividamento do Estado. Então, o golpe foi contra o povo e em favor da elite.

SindCT - Por que, numa ascensão ou queda nas pesquisas eleitorais, o ex-presidente Lula mexe com as bolsas de valores?

Pochmann - Na economia capitalista nós não temos apenas um mercado. Na verdade, há uma segmentação, o mercado financeiro, o mercado das bolsas são especulativos e lucram extraordinariamente, apostando na instabilidade. Outros mercados, como o imobiliário, não estão ligados à especulação financeira e pressupõem estabilidade para seu melhor funcionamento. Os que vivem da renda dos outros ganham mais com a especulação; por isso, sua atuação é, em geral, contra governos que se preocupam com o conjunto da sociedade, em especial com os mais pobres. Daí a ideia de que o mercado seria contra governos mais socialistas, mas o que a gente percebe é que, nos segmentos em que não há dependência da especulação, não há posição ideológica contrária a este ou aquele partido. Eles costumam se posicionar favoráveis ou contrários, dependendo da possibilidade de viabilizar seus projetos, distantes da especulação.



Shirley Marciano

Márcio Pochmann é economista, professor titular da Unicamp, pesquisador do Centro de Estudos da Sindicais e de Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Unicamp. Presidente da Fundação Perseu Abramo. Foi secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo (2001-2004), presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2007-2012); consultor de instituições nacionais (DIEESE, FIESP, SEBRAE, MTE) e internacionais (OIT, BID, UNICEF); pesquisador-visitante em universidades na França, Itália e Inglaterra. Autor de mais de 50 livros sobre economia, desenvolvimento e políticas públicas.

INICIATIVA DE TEMER INCOMODOU AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

Decreto pode mudar a forma como se faz política espacial no Brasil

Invasão de competências e esquecimento do INPE e da AEB, marcam o início dos trabalhos do CDPEB

Por Shirley Marciano

O Decreto 9.279, de 6 de fevereiro de 2018, que trata da criação do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro - CDPEB, provocou um clima de invasão de competência, uma justificável preocupação, mas também esperança sobre os rumos do Programa Espacial Brasileiro - PEB.

A iniciativa de tratar as pendências, caso a caso, é boa, porque o setor espacial precisa de ajustes significativos para poder avançar. Dentre os principais assuntos estão: melhorar a governança e prestígio político, renovar o quadro de pessoal e obter recursos com cadência adequada e perenes. Há também vários óbices pontuais a serem tratados, como é o caso dos três relacionados ao Centro de Lançamento de Alcântara - CLA:

- a questão fundiária, dada a existência de uma população indígena Quilombola na proximidade do CLA;
- o acordo de Salvaguarda, que tem o objetivo, entre outros, de tornar o CLA um espaço para lançamentos comerciais, a exemplo do que acontece em Kourou, na Guiana Francesa; e
- liquidação do projeto Alcântara Cyclone Space, que ainda possui pendências com a Ucrânia e com a Justiça Brasileira.

No entanto, a movimentação para conceber esse Comitê chamou a atenção em vários pontos, a começar por onde partiu a proposta, porque essa função é delegada à Agência Espacial Brasileira - AEB, de acordo com a Lei 8.854, de 10 de fevereiro de 1994.

O Decreto foi idealizado pelo Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República - GSI-PR, sob o comando do General Sérgio Westphalen Etchegoyen, que,



José Raimundo Coelho (AEB) e Ricardo Galvão (INPE)

por sua vez, atenderia a um pedido pessoal do presidente Michel Temer, por ocasião de uma visita ao CLA. O CDPEB, que já está realizando reuniões e encaminhando decisões, é composto pelo GSI, pela Casa Civil, pelos Ministérios da Defesa, das Relações Exteriores, do Planejamento e da Ciência, Tecnologia e Inovação e Comunicações.

A conclusão dos trabalhos deve ocorrer no período máximo de um ano, embora os comitês trabalhem com um prazo menor, de três meses, prorrogáveis por mais três.

Segue trecho do Decreto:

“Art.1º Fica criado, em caráter provisório, o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro - CDPEB, com o objetivo de fixar, por meio de resoluções, diretrizes e metas para a potencialização do Programa Espacial Brasileiro, bem como supervisionar a execução dos elementos propostos para este fim”.

O objetivo é encaminhar soluções para vários assuntos, os quais foram divididos em grupos de trabalho:

- GT-1 – Governança;
- GT-2 – Acordo de Salvaguarda Tecnológica;
- GT-3 – Liquidação da ACS;
- GT-4 – Criação de Empresa Pública para o setor aeroespacial;
- GT-5 – Projeto Mobilizador;
- GT-6 – VL-X;

GT-7 – Questão Fundiária do CLA;

GT-8 – Plano de Marketing do PEB; e

GT-9 – Recomposição do quadro de pessoal do DCTA.

Os temas foram definidos numa reunião ocorrida no dia 1º de março do corrente, da qual participaram: Sérgio Westphalen Etchegoyen (GSI-PR), Daniel Sigelmann (Casa Civil), Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato (Ministério da Defesa), Embaixador Marcos Bezerra Abbott (Secretaria de Relações Exteriores), Esteves Pedro Colnago Junior Galvão (Ministério do Planejamento) e Elton Santa Fé Zacarias (MCTIC).

Portaria Interministerial 2.151/2015

É curioso notar que já estava em curso um trabalho, definido pela Portaria Interministerial 2.151/2015, realizado pelos Ministérios da Defesa - MD e da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações - MCTIC, para justamente tratar de assuntos iguais ou semelhantes ao do Decreto 9.279. Mais adiante, em um entendimento entre as partes, foi incorporado aos relatórios algumas decisões geradas pela equipe. Os objetivos da Portaria 2.151/2015 foram assim definidos:

“I propor revisão do modelo de

governança para as atividades espaciais no Brasil;

II propor a revisão da legislação, no que couber, com vistas a: a) formalizar um Programa de Estado para as atividades espaciais no Brasil; b) propor um regime diferenciado de contratação de pessoal especializado do setor espacial; e c) propor um regime diferenciado para aquisição de bens, serviços, obras e informações com aplicação direta nos projetos e instalações do setor espacial;

III apresentar proposta de revisão do PNAE para o decênio 2016-2025, harmonizando as diversas iniciativas espaciais em curso;

IV propor um Projeto Mobilizador, para o período de cinco anos, visando fomentar o desenvolvimento da indústria nacional quanto aos seus componentes basilares: satélite, lançador e infraestrutura de lançamento e operação;

V identificar as necessidades e propor um plano de recomposição, readequação e ampliação dos quadros de pessoal especializado do setor espacial, no Comando da Aeronáutica e no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); e

VI propor um plano de valorização e divulgação das atividades espaciais no Brasil.”

AAEB não gostou do Decreto

Quando a AEB recebeu o ofício, contendo a minuta do Decreto do CDPEB, respondeu ao MCTIC que, ao criar este comitê, haveria um “excesso de governança”:

“Considerando que o MD e a AEB já propuseram a criação do Conselho Nacional do Espaço e do Comitê Executivo do Espaço, a criação do CDPEB, mesmo em caráter provisório, poderia levar a um excesso de governança para o setor, a menos que haja uma delimitação mais clara das condições”, disse José Raimundo Braga Coelho, presidente da AEB, no ofício N° 08/2018/PRE/AEB, em resposta ao Ofício n° 108/2018/sei-MCTIC.

Ele ainda diz, em outro trecho: “A proposta de criação do Comitê de Desenvolvimento do Programa

Espacial Brasileiro vem no sentido de tentar dinamizar o setor espacial. Contudo, cabe ressaltar que a área é de competência de dois outros órgãos federais, quais sejam, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações e a Agência Espacial”.

O MCTIC enviou as observações do Presidente da AEB à Advocacia Geral da União - AGU, que emitiu o P A R E C E R n° 00120/2018/ACF/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, do qual compilamos a conclusão:

“Em face do exposto e em conclusão, parece-nos que as normas previstas no Decreto não se conformam com as acima transcritas, de vez que sobrepõem atribuições dispostas em lei para o exercício por uma autarquia

por aquelas preconizadas para serem exercidas por um comitê. Nestas circunstâncias, pensamos seja de bom alvitre, juridicamente, ser revista a providência carreada pelo referido Decreto.”

Não obstante a posição da AGU, o Decreto foi publicado no Diário Oficial da União e o MCTIC/AEB integra todos os GT, exceto o da questão fundiária.

O INPE foi esquecido

Um outro dado que chama a atenção é a inexistência de um GT direcionado à revisão da força de trabalho do INPE, e seu diretor, Ricardo Galvão, ter sido designado ao GT-9, que trata da reposição dos funcio-

nários do DCTA.

No entanto, o diretor do INPE esclarece que foi uma falha no documento, que já está sendo corrigido.

“A questão do INPE e a AEB não terem sido incluídos na Portaria que determinou o programa de trabalho do GT-9 foi discutida no MCTIC, em particular com o Secretário-Executivo. Entendo que a exclusão do INPE foi uma falha na Portaria, o Secretário-Executivo me indicou como representante do MCTIC com a missão precípua de corrigi-la. Assim, na primeira reunião do GT-9, introduzi uma questão de ordem para incluir a AEB e o INPE entre as instituições que necessitam da recomposição de quadro especializado na área de tecnologia espacial. A solicitação foi aceita e ambas instituições prepararam justificativas da demanda. Uma vez aceito no GT-9, o pleito será levado ao plenário do CDPEB, que é seu órgão colegiado máximo, programada para junho; enquanto isso não ocorre, todos os trabalhos do GT-9 estão sendo conduzidos considerando a inclusão do INPE e da AEB.”

Galvão explica também que o líder do GT-9 é o Brigadeiro do Ar José Aguiinaldo de Moura, do DCTA.

Faz parte, mas não decide

Apesar de terem nomeado membros da AEB para quase todos os GT, as e n t r e l i n h a s demonstram que a Agência não tem poder de decisão. Seus membros argumentam nas reuniões, (até porque têm um acúmulo de informação e conhecimento) mas sem chances de mudar questões já previamente definidas. Isto fica evidente nas atas. Por exemplo, na 1ª Reunião

Ordinária do GT-4 (Empresa Pública), o Cel. Edson Fernando da Costa Guimarães (MD) provoca uma discussão em torno da criação de uma prime-contractor, a Alada. Então, Petrônio Noronha de Souza, Coordenador de Políticas de Ciência e Tecnologia da AEB, faz várias considerações contrárias.

Conforme transcrição de ata, “considera que o país está em um momento difícil para criação de mais uma empresa pública, tendo em vista que as maiores, atualmente, enfrentam um cenário de dificuldades, havendo, inclusive, um viés de privatização. Destacou preocupação de questionamento dos órgãos de controle em relação aos contratos hoje geridos pela AEB. Falou, ainda, sobre discussão no âmbito da AEB, de modelos possíveis de comercialização dos produtos dos centros de lançamentos. Mencionou os modelos internacionais observados para o setor. Considerou relevante o fato de ser uma empresa não dependente e relatou como um desafio o provimento de recursos humanos. Mencionou que alguns dos objetos previstos para a ALADA poderiam ser executados por empresas já existentes, a exemplo da Embraer e da AVIBRAS. Ressaltou que aproximadamente 335 empresas se encontram na condição de extintas ou inativas, custando em torno de 6.4 bilhões de reais por ano. Destacou a questão da ingerência política em empresas públicas. Por último, citou o exemplo da empresa INVAP, que cuida do Programa Espacial da Argentina, que opera como empresa privada e tem o Estado como acionista, como é a brasileira Visiona.”

O representante do GSI definiu que os pontos suscitados por Noronha seriam discutidos numa próxima reunião. Entretanto, chegada a oportunidade, o GSI apenas respondeu a Petrônio que a empresa Alada não concorrerá com a Avibras e nem com a Visiona, encerrando a discussão.

O Programa Espacial Brasileiro precisa de muitas mudanças, mas cabe o alerta sobre este encaminhamento, no sentido de refletir se de fato é possível definir todas essas questões por meia dúzia de pessoas convocadas para legitimar os atos de um núcleo duro, e num prazo tão exíguo. O SindCT defende que haja audiências públicas para tratar de cada um dos temas.

Entramos em contato com a AEB, os responsáveis estavam em viagem ao exterior e afirmaram que responderiam aos nossos questionamentos assim que retornassem.



Torre Móvel de Integração, no CLA

CUIDADOS COM A SAÚDE DO HOMEM

Sinais e sintomas urológicos que você deve saber

Problemas urológicos são comuns. Aprenda a identificar os principais sintomas para procurar um especialista

Por Dr. Vicente de P. C. Nogueira

Presença de sangue na urina

Nem sempre a presença de sangue na urina se traduz por doença, mas precisa ser investigada.

As causas podem ser as mais variadas, as mais comuns são:

- Pedras nos rins ou nas vias urinárias
- Infecções das vias urinárias
- Tumores das vias urinárias
- Uso de anticoagulantes
- Sangramento de origem prostática

A presença de sangue na urina pode não ser o único sintoma do paciente. Também podem ocorrer, concomitante, dor, febre, mal-estar, emagrecimento e desconforto urinário.

O sangramento pode desaparecer espontaneamente.

Não ignore e nem minimize a presença de sangue na urina

Procure diagnóstico e tratamento logo no início do quadro.

Cólica renal

A cólica renal é um aviso ao paciente que está ocorrendo uma obstrução ao livre trânsito da urina na via urinária.

É muito comum essa situação quando um cálculo (ou pedra) está migrando na via urinária, mas pode ocorrer cólica com presença de coágulo obstruindo a via.

Pode ocorrer por obstrução extrínseca da via urinária, por infecção da via urinária, ou pela presença de tumor.

Urgência (ou urge incontinência) urinária

Esse sintoma é caracterizado por uma necessidade súbita e incontrolável de urinar. Pode ocorrer nos dois sexos, mas é mais comum na mulher.



Pode ser decorrente de infecção urinária, mas muitas mulheres têm sintomas de urgência por deficiência hormonal, própria da menopausa.

Nos homens, está muito associada à obstrução de origem prostática.

É importante que se saiba que o tumor de bexiga também pode evoluir com esse tipo de sintoma. Algumas pessoas apresentam esses sintomas quando estão sob pressão ou angustiadas, não apresentando patologia urológica.

Incontinência urinária de esforço

Essa queixa é definida como perda de urina relacionada a esforço, como tosse, espirro, durante corrida, ao pular, rir ou gargalhar entre outras.

É bastante frequente em mulheres que deram à luz em parto normal.

Representa uma hiper mobilidade do colo da bexiga e uretra.

Grande parte das vezes, a falta de hormônios da menopausa precipita ou piora a situação de perda urinária.

Essa queixa é tratável e curável com fisioterapia específica, reposição hormonal e cirurgia.

Retenção urinária

Embora a retenção urinária possa ocorrer mais com as mulheres é, no entanto, muito comum nos homens.

Representa obstrução total ao fluxo de urina.

Pode decorrer de obstrução da uretra ou cálculo vesical, mas o mais comum se deve ao crescimento prostático.

De modo geral, o crescimento prostático é devido a tumor benigno da próstata, denominado adenoma.

O crescimento maligno (adenocarcinoma), em geral, causa

obstrução em uma fase mais tardia da evolução.

Disúria (ardência ao urinar)

Esse sintoma é muito comum nas infecções e nas pedras das vias urinárias, nos estreitamentos de uretra e no aumento obstrutivo da próstata.

Mas nem sempre é assim. Há casos de tumor de bexiga que o único sintoma é a disúria que não costuma responder a medicação.

Doença de Peyronie

A doença de Peyronie se caracteriza por crescimento de uma ou mais placas internas no corpo cavernoso do pênis, que levam à dor na ereção e à flexão do pênis na ereção. A palpação do pênis no estado flácido mostra a presença dessas placas na maioria dos casos. Essa patologia não é tão comum, mas nos deparamos com ela no consultório. É tratável.

Disfunção sexual

Disfunção sexual seria o mau funcionamento do órgão sexual na relação sexual (ereção incompleta, perda de ereção, ausência de ereção)

A disfunção sexual pode ter origem circulatória, hormonal e psicológica.

A disfunção circulatória ocorre em paciente que já tem doença circulatória em outros órgãos do corpo, como os portadores de angina, os portadores de arteriosclerose disseminada, os diabéticos etc.

A disfunção hormonal é vista também em pacientes com hiperprolactinemia ou pacientes com hipogonadismo ou deficiência de

testosterona.

A disfunção sexual de origem psicológica se refere aos pacientes que não apresentam distúrbios hormonais ou circulatórios.

Há alguns anos era muito difícil tratar disfunção sexual. Atualmente o tratamento é bastante satisfatório nas 3 causas de disfunção.

PRÓSTATA

A próstata é uma glândula que tem por função produzir o esperma, líquido eliminado na ejaculação junto com os espermatozoides.

Ao longo da vida, a glândula prostática cresce e, como a uretra passa em seu interior, os sintomas são urinários.

Com o crescimento prostático e obstrução urinária começam a surgir sintomas miccionais:

- Disúria leve (ardência ao urinar);
- Aumento do número de micções;
- Diminuição do fluxo e volume urinário de cada micção;
- Dificuldade para iniciar e terminar ato miccional;
- Gotejamento urinário terminal.

O paciente pode apresentar sangramento urinário, por rotura de vaso sanguíneo oriundo da próstata. Com o passar do tempo, o paciente começa a reter urina na bexiga, o que facilita a infecção urinária e dá ao paciente a sensação que não esvaziou totalmente a bexiga na micção.

Com a evolução do quadro, o paciente poderá entrar em retração urinária, situação muito desconfortável que requer uso de sonda.

O tumor maligno da próstata inicia, de modo geral, na periferia da próstata e só tardiamente causa sintomas. Esse é um dos motivos que justifica fazer exame prostático regularmente.

Dr. Vicente de P. C. Nogueira é formado pela USP e trabalhou no Hospital das Clínicas, no Albert Einstein e no Sírio-Libanês. No Vale do Paraíba, atuou nos hospitais Santa Casa, Vivalle, Santos Dumont, Pio XII e Antoninho da Rocha Marmo. Atualmente é sócio da clínica Urocenter e comanda o Instituto de Urologia de São Sebastião nogueiravic@hotmail.com

AMÉRICA DO SUL SOFRERÁ AUMENTO DE TEMPERATURA E DE QUANTIDADE DE CHUVAS

IPCC e a Síntese das Informações Científicas sobre Mudanças Climáticas

Quanto maior a distinção entre as classes sociais, maior a vulnerabilidade daquela sociedade às mudanças ambientais e mudanças climáticas

Por Jean Ometto

Em 1988, a Organização Meteorológica Mundial - OMM e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA criaram o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas - IPCC com objetivo de produzir relatórios, com base em informações científicas disponíveis, de avaliações sobre os vários aspectos relacionados às mudanças climáticas. Esses aspectos envolvem os impactos sociais e econômicos destas mudanças, mas também impactos sobre ecossistemas e processos da natureza, provocados pela ação do homem ao meio.

O primeiro relatório do Painel, lançado em 1990, trouxe evidências científicas e indicativos importantes de que as mudanças climáticas eram um desafio que demandava cooperação internacional para enfrentar suas consequências. Por conseguinte, o Painel teve papel decisivo para a criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas - UNFCCC. A UNFCCC é o principal tratado internacional para reduzir o aquecimento global e lidar com as consequências das alterações climáticas.

Os relatórios são produzidos em bases regulares, sendo que, nesses últimos 30 anos cinco grandes sínteses da literatura científica sobre mudanças climáticas e mudanças ambientais globais foram produzidos. Esses documentos são denominados de "Assessment Reports, AR" (Relatórios de Avaliação, em tradução livre). O IPCC também produz relatórios metodológicos e relatórios especiais, sob demanda da Convenção do Clima. O painel de cientistas que contribuem ao IPCC, é composto por indicados pelos países, selecionados a partir da sua contribuição à

ciência das mudanças climáticas e mudanças ambientais.

Os relatórios científicos de avaliação do IPCC são produzidos por 3 grupos de trabalho:

- O Grupo de Trabalho 1 avalia os aspectos físicos do sistema climático e as mudanças climáticas;

- O Grupo de Trabalho 2 avalia a vulnerabilidade dos sistemas socioeconômicos e naturais às mudanças climáticas; assim como as consequências positivas e negativas das mudanças climáticas e opções para se adaptar a elas. Outro aspecto importante da abordagem do GT2 é avaliar a inter-relação entre vulnerabilidade, adaptação e desenvolvimento sustentável;

- O Grupo de Trabalho 3 visa os aspectos da mitigação às mudanças do clima, avaliando medidas de limitação ou prevenção das emissões dos gases do efeito estufa.

Os resultados dos Relatórios de Avaliação - AR5, publicados em 2014, para a América do Sul, indicam mudanças importantes na dinâmica climática, nos impactos socioeconômicos e na biodiversidade (veja imagem extraída do Relatório do IPCC WGII). Alguns exemplos incluem identificação do aumento no número de dias quentes no ano, em especial na região nordeste do Brasil e nas regiões sudoeste e na costa oeste da América do Sul. Da mesma forma, o aumento na quantidade de eventos de chuvas mais intensos tem levado à ocorrência de um número maior de deslizamentos, impactando um grande número de pessoas, especial-

mente na região sudeste da América do Sul. Rios da região da Bacia do Prata e Amazônica enfrentaram, nos últimos 10 anos, extrema variabilidade nos fluxos de água, comprometendo a disponibilidade hídrica para consumo, transporte, agricultura e geração de energia. Inclusive a questão energética no Brasil está bastante ligada à disponibilidade hídrica nos reservatórios.

Alterações na composição da atmosfera, como na concentração de gases do efeito estufa, aerossóis, vapor d'água etc determinam alteração no balanço entre a energia do sol que chega na Terra e a energia que deixa nosso planeta ao espaço. Este processo, chamado de Efeito Estufa, leva ao aquecimento da atmosfera, e consequente aumento na temperatura do ar. No AR5, as simulações por modelos matemáticos, bastante complexos, indicam um aquecimento entre 1,0°C e 5,0°C na região tropical da América do Sul (que inclui as regiões Norte, Centro-Oeste e parte da Sudeste), com redução de chuvas em até 10% nos próximos 50 anos. Em outras regiões como o Sul do Brasil, Uruguai e Norte da Argentina projeta-se um aumento similar na temperatura, entretanto com aumento de cerca de 10-15% na quantidade de chuvas.

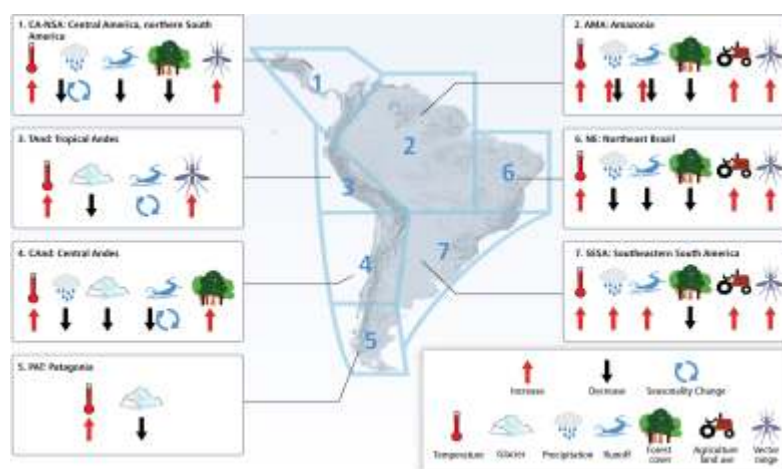
Os diversos 'grandes compartimentos' do planeta (atmosfera, continentes e oceanos) interagem na troca de energia e matéria (água, nutrientes, espécies biológicas etc), contribuindo, entre outros processos, para os padrões climáticos que temos.

Desta forma, alterações em qualquer um desses compartimentos, afeta o outro. Por exemplo, mudança da cobertura do solo (desmatamento, degradação florestal, etc.) é um fator importante de impacto à biodiversidade, mas também pode contribuir aos impactos negativos das mudanças climáticas. Na América do Sul, e em especial no Brasil, o desmatamento ainda está associado à expansão da agricultura e, especialmente, pecuária. Apesar da importante redução nas taxas de desmatamento na Amazônia e no Cerrado nos últimos 10 anos, observa-se, recentemente, um retorno às taxas crescentes. A produção de alimento é central à sobrevivência humana, mas a humanidade tem que buscar a sustentabilidade ambiental e social na produção agropecuária. Ou seja, produzir com reduzido impacto ambiental e de forma socialmente justa.

De forma geral, a América do Sul apresenta um quadro de grande heterogeneidade social. Isto também pode ser observado nos países que a compõem. Quanto maior a distinção entre as classes sociais, maior a vulnerabilidade daquela sociedade às mudanças ambientais e climáticas. Ou seja, a melhoria das condições sociais contribui não apenas para uma sociedade mais justa, mas também a uma sociedade mais preparada para enfrentar o sério cenário das mudanças climáticas.

O IPCC está entrando no seu sexto ciclo de produção de relatórios de avaliação, denominado AR6. Especialistas de todo o mundo, representando as diversas disciplinas necessárias para produzir uma avaliação abrangente do conhecimento relacionado à física do clima e as questões relacionadas aos impactos, adaptação, vulnerabilidade e mitigação das mudanças climáticas, já foram selecionados. Pesquisadores do INPE contribuirão com o relatório nos Grupos 1 e 2.

Jean Ometto é pesquisador do INPE e Coordenador do Centro de Ciências do Sistema Terrestre (CCST) jean.ometto@inpe.br



A ARTE COMO FORMA DE COMBATE À VIOLÊNCIA

Mulheres do Vale ocupam lugar de destaque no Hip Hop

Mulheres do Vale utilizam o rap como meio de divulgação de problemas sociais

Por **Fernanda Soares**

O movimento Hip Hop é um gênero, uma subcultura iniciada nas áreas centrais de comunidades jamaicanas, latinas e afro-americanas da cidade de Nova Iorque. Afrika Bambaataa, reconhecido como o criador do movimento, estabeleceu quatro pilares essenciais na cultura Hip Hop: o rap (através dos MCs – Mestres de Cerimônia), o DJ, a dança e o grafite. “Quem não é do movimento, pode achar que Hip Hop é apenas um gênero musical, mas não faz ideia de que sua cultura vai muito além da música”, afirma o MC Betinho Zulu.

No Brasil, o Hip Hop aparece na década de 80 e tem ganhado cada vez mais adeptos e admiradores. Porém, o destaque maior se dá com o constante aumento da presença feminina, principalmente no rap, a partir do ano 2000.

A palavra rap é uma abreviatura de rhythm and poetry ou ritmo e poesia, em inglês. Os rappers utilizam uma técnica vocal diferente para acompanhar os Djs. Com a música, surgiram formas diferentes de danças improvisadas, como a breakdance, o popping e o locking.

A relação entre o grafite e a cultura rap music surgiu quando novas formas de pintura foram sendo realizadas em áreas onde a prática dos outros três pilares do Hip Hop eram frequentes, com uma forte sobreposição entre escritores de grafite e de quem praticava os outros elementos.

Além de cultura, o movimento também se preocupa com educação, economia social e combate a qualquer tipo de violência. É muito comum encontrar integrantes do Hip Hop atraindo jovens carentes, com o intuito de afastá-los da criminalidade e das drogas.

No Vale do Paraíba, alguns eventos se tornaram referência. Em Jacareí, a Batalha dos Trilhos aconte-



MC Jéssica se emociona ao ser homenageada

ce uma vez por semana, no Pátio dos Trilhos, região central da cidade. O evento consiste numa disputa livre entre os MCs, que devem respeitar determinadas regras, como a não utilização de palavras de baixo calão, ofensas, machismo, racismo e demais preconceitos a qualquer classe, credo, gênero ou etnia. Em São José dos Campos, a Batalha do Half, também semanal, é realizada na Praça Benedita de Alvarenga, no Conjunto Residencial Dom Pedro I. Há também a Batalha dos Peregrinos, mensal, em Taubaté, a Batalha da Pedra Taiada, em Caçapava e a Batalha do Coreto, em Paraibuna.

Foi nessas batalhas que as principais MCs da região ganharam projeção. Em suas músicas, elas falam sobre violência doméstica, machismo, homofobia, feminicídio e violência contra a juventude negra. Muitas letras são retrato das dificuldades que elas mesmas enfrentam.

Hoje elas protagonizam seus próprios eventos, ações e projetos, sempre pautando a igualdade de gêneros e a valorização das mulheres nos espaços de poder.

O grupo D’Origem, formado por Meire MC e MC Preta Ary, resgata de forma divertida e irreverente, assuntos do cotidiano brasileiro que, na opinião do grupo devem ser discutidos. Em suas letras, buscam evidenciar a força da mulher, empoderá-la e retratar sua realidade.

Foi da necessidade de formação para as mulheres, além do entretenimento num ambiente seguro, acolhedor e familiar, que surgiu, em São

Paulo, a Batalha Dominação, hoje referência de batalha feminina e feminista. Seguindo esse exemplo, as integrantes do Coletivo Triluna organizaram, no Vale do Paraíba, a Batalha feminina "Na Caneta ou No Batom". “Entendemos que, coletivamente, podemos tudo o que quisermos, é só nos organizarmos”, conta Meire MC.

Na Caneta ou no Batom já teve cinco edições em apenas um ano e meio de existência, atingindo um público cada vez maior. “Já tivemos edições com 420 mulheres”, afirma Meire.

Para a MC Mia Bennedit, “o Hip Hop traduz aquilo que eu vivo no meu dia a dia. É onde eu posso me expressar. É onde eu sou eu mesma e tento me aprofundar a cada dia mais. Mostro para as pessoas o que eu sinto e quem eu sou, uma pessoa diferente; e sempre tento transmitir o bem. É também uma forma de ajudar as pessoas, principalmente as mulheres e crianças.”

“É através do Hip Hop que nos mostramos juntos em uma só cultura, dispostos a derrubar qualquer barreira que tente nos calar. O Hip Hop é a nossa maneira de protestar e nos dar a própria voz, sendo na arte, na música ou na dança,” completa a MC Dudão.

O Hip Hop também representa companheirismo e estimula a superação pessoal. Prova disso foi a homenagem realizada para a MC Jéssica, durante a última edição da batalha Na Caneta e no Batom, por superar problemas pessoais.

Além das batalhas de rimas, o Coletivo Triluna também promove encontros e rodas de conversa com o intuito de formar e preparar as mulheres do movimento Hip Hop e empoderá-las!

Em entrevista para o Jornal do SindCT, Meire define sua relação com o Hip Hop: “o Hip Hop, pra mim, representa luz... uma saída, um meio de transformação social e pessoal. Acredito verdadeiramente que a solução para um mundo melhor, a revolução, será por meio da arte, da cultura e da educação. E acredito também que essa revolução virá por meio das mulheres, aliás, já está acontecendo e esse é só o começo.”

A dança e o grafite também estão presentes como forma de manifestação pessoal. Na opinião de Mia Bennedit, o grafite é uma forma de expressão tão importante quanto música, poesia e dança. “Muita gente fala que grafite não é cultura, que é pichação. Mas muitas pessoas usam o grafite para mostrar ao mundo o que elas realmente querem dizer.”



Público vota na melhor rima durante batalha Na Caneta e no Batom

SATÉLITE DE R\$ 2,8 BILHÕES ESTÁ FORA DE OPERAÇÃO

Telebrás entrega controle de quase 50% do SGDC para empresa norte-americana

Enquanto aguarda decisão judicial, país continua sem acesso à internet em regiões remotas

Por Shirley Marciano

O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação - SGDC foi lançado em maio de 2017 com o objetivo de atender demanda de comunicação da área militar, através da banda X (30% do serviço oferecido pelo satélite) e também da civil, pela banda Ka (70% do serviço oferecido pelo satélite). Esta última deveria oferecer internet de qualidade, com preços módicos, à população das regiões remotas do país. O projeto de R\$ 2,8 bilhões foi iniciado no governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

À época, a presidente deliberou pela compra do satélite como reação às denúncias feitas pelo ex-agente da NSA, Edward Snowden, de que a nossa comunicação estaria sendo vigiada pelos EUA. O outro motivo era oferecer banda larga a lugares de difícil acesso, em estados como Amazonas e Pará. Esse perfil de localidade estava deficiente, porque as empresas prestadoras de serviços no Brasil, utilizando dados de outros satélites, como do Star One, não viam vantagem comercial nessas regiões.

O Brasil ainda não possui capacidade de produzir satélite deste grau de sofisticação. De acordo com cientistas do INPE, seriam necessários, ao menos, 10 anos de pesquisa, se o governo liberasse recursos e pessoal suficientes, o que não ocorreu por falta de decisão governamental. Então, devido à demanda urgente, a solução encontrada foi a compra do SDGC.

A Visiona, joint venture entre a Telebrás e a Embraer, foi a main contractor do projeto. Ela contratou duas empresas francesas, para fazer o satélite e para lançá-lo, a Thales Alenia Space e a Arianespace, respectivamente. Constou, no conjunto do serviço, a transferência



Lançamento SGDC em Kourou, na Guiana Francesa

de tecnologia, embora haja muitas ressalvas a respeito desse assunto.

Após o lançamento, em outubro de 2017, a Telebrás publicou um chamamento público para escolher a melhor proposta e contratar a empresa que prestaria serviço de distribuição de internet (que corresponde à banda Ka).

Sem interessados no certame, a Telebrás realizou uma negociação privada com empresas da área e assinou, em março deste ano, um contrato com a empresa norte-americana Viasat.

Com a justificativa de que o melhor preço foi da Viasat, a Telebrás assinou o contrato concedendo dois, dos três lotes da banda Ka, para a norte-americana, o que corresponde a 46,67% do satélite.

Disputa Judicial

Após a assinatura do contrato, a Via Direta, uma das empresas que entregou proposta à Telebrás, questionou judicialmente a contratação da Viasat. Para a Via Direta, a contratação da Viasat não estaria de acordo com a Lei das Estatais, a Lei 13.303/2016.

Há também o questionamento sobre a contratação de empresa estrangeira, em detrimento de

empresa nacional, e o motivo de não haver oferta às empresas brasileiras para cobrir a proposta da Viasat.

Em entrevista à Folha de SP, em 14 de maio, Jarbas Valente, presidente da Telebrás, argumenta que “no chamamento já estava previsto que quem ganhasse o primeiro lote poderia levar também o segundo. Ou seja, estamos respeitando exatamente a Lei das Estatais. Não há sentido em dizer que só a Viasat teve a oportunidade de ficar com os dois lotes. As outras também tiveram, não levaram porque não fizeram as melhores propostas”, explica.

Ele reconhece que não deu oportunidade às empresas brasileiras de cobrir a oferta da Viasat, e ainda afirma que “o edital também especificava que a empresa poderia ser estrangeira, desde que abrisse firma no Brasil, o que foi feito pela Viasat”.

Portanto, no dia 17 de abril, a Justiça assim decidiu:

“[O governo] não cuidou de [mostrar para o tribunal] cópia do aludido edital, nem tampouco do Contrato de Parceria Estratégica.

Não se identifica norma vigente que autorize a requerida Telebrás a escolher ao seu alvedrio uma empresa com exclusividade”, diz o documento assinado pelo Desembargador

Federal Antônio de Souza Prudente.

Sem solução

Ainda não houve um desfecho, mas essa ânsia de passar o contrato para a Viasat está bem grande. É no mínimo estranho que um órgão do governo defenda tão calorosamente uma empresa estrangeira. Chega a ser constrangedor.

Por mais que o interesse não esbarre em questões de soberania, a decisão de não priorizar uma empresa brasileira demonstra algo bastante preocupante acerca de quem está lá justamente para defender os interesses do país e dos brasileiros, que é o Governo.

Segue ainda pendente a questão do contrato, porque a decisão da Justiça foi apenas uma liminar. No entanto, há uma forte pressão da imprensa para manter o contrato entre a Telebrás e a Viasat.

Parece ilógico que um satélite adquirido para o Brasil ficar independente dos Estados Unidos, seja gerenciado em quase 50% por uma empresa norte-americana.

Agora, resta aguardar os desdobramentos, mas esperamos que a Justiça seja firme para conter esse tipo de arranjo extremamente suspeito.

TABELA DO IR ESTÁ DEFASADA EM 88,5%

O imposto de renda para os assalariados no Brasil é justo?

A progressividade no pagamento de tributos é um dos princípios de uma tributação justa

Por Renata Belzunces

Toda brasileira ou brasileiro que vive do trabalho tem a sensação de pagar impostos demais e receber contrapartidas de menos. A sensação tem justificativa a partir do exame da estrutura tributária onde são encontradas muitas injustiças e práticas que contrariam os princípios da boa tributação. Aqui lançaremos um olhar específico sobre o imposto de renda pago pelas pessoas físicas.

A progressividade no pagamento de tributos é um dos princípios de uma tributação justa, em outras palavras significa: quem tem mais, paga mais. O imposto de renda aparentemente segue esse princípio ao estabelecer alíquotas maiores para faixas de rendas maiores. Porém, a estrutura do leão tem deixado a desejar, em ao menos dois critérios, para fazer valer a progressividade:

a) a tabela está profundamente defasada com relação à inflação; e

b) o número de faixas e as correspondentes alíquotas são insuficientes para exercer a progressividade.

Considerando desde o ano de 1996, temos que a última correção dos valores das faixas da tabela do imposto de renda ocorreu em 2015; acres-

centa-se, a esse cenário, vários outros anos em que não houve correção e ainda períodos em que o percentual aplicado foi abaixo da inflação. O resultado é uma defasagem de 88,5%!

Se os valores ao menos acompanhassem a inflação, a faixa de isenção passaria de R\$ 1.903,98 para R\$ 3.589,00, diminuindo a carga tributária para grande parte dos assalariados brasileiros, e a faixa mais alta passaria de R\$ 4.664,68 para R\$ 8.792,93.

Outra reclamação muito pertinente é o fato do trabalhador com renda mensal compatível com o exercício de funções qualificadas pagar o mesmo percentual que milionários. Infelizmente o nosso sistema de alíquotas permite essa deformação e para desfazer o malfeito a única saída é ter coragem de colocar a mão no bolso de quem realmente ganha mais. Isso pode ser feito aumentando o número de faixas de renda e as alíquotas de maneira efetivamente progressiva; dessa forma a última alíquota não seria 27,5%, mas sim, por exemplo, 35%.

No Brasil seis bilionários concentram o mesmo nível de renda e patrimônio que 100 milhões dos brasileiros mais pobres. É justo que entre esses seis indivíduos e a metade mais pobre da população a diferença no pagamento de imposto de renda seja de no máximo 27,5%?

O imposto de renda não é o único instrumento para a distribuição de renda, mas é certamente um dos mais importantes e pela simplicidade da



cobrança ser feita diretamente na fonte pagadora poderia gerar impactos rápidos e efetivos se as mudanças aqui sugeridas fossem implementadas.

Outras ideias para tornar a cobrança de impostos mais justa e melhorar a distribuição de renda passam pelas necessárias medidas de sobretaxar bens supérfluos e de luxo, desonerar os produtos da cesta básica, tributar lucros e dividendos, cobrar IPVA sobre embarcações e aeronaves e estabelecer o imposto sobre grandes fortunas.

Todas essas medidas, entre outras, se justificam apenas em nome da

justiça tributária, mas também podemos acrescentar que o uso crescente de tecnologias poupadoras de mão de obra tenderá a diminuir o número de assalariados e concentrar ainda mais toda a renda socialmente gerada.

É para esse cenário, de mudanças constantes e cada vez mais rápidas, que serve o atual sistema tributário brasileiro?

Além de injusto, está aquém das transformações sociais que vêm ocorrendo e do que o futuro exigirá.

Renata Belzunces é técnica do Dieese

Imposto de Renda Pessoa Física 2018 vigente e Simulação de correção de 88,5%¹ - 1996 a 2017

Faixa Atual	Faixa Corrigida	Alíquotas	Parcela a deduzir atual	Parcela a deduzir corrigida
até R\$ 1.903,98	até R\$ 3.589,00	isento	-	-
de R\$ 1.903,99 a R\$ 2.826,65	de R\$ 3.589,01 a R\$ 5.328,24	7,5%	R\$142,80	R\$269,18
De R\$ 2.826,66 a R\$ 3.751,05	de R\$ 5.328,25 a R\$ 7.070,73	15,0%	R\$354,80	R\$668,79
De R\$ 3.751,06 a R\$ 4.664,68	de R\$ 7.070,74 a R\$ 8.792,93	22,5%	R\$636,13	R\$1.199,10
Acima de R\$ 4.664,68	Acima de R\$ 8.792,93	27,5%	R\$869,36	R\$1.638,74

Fonte: Receita Federal do Brasil e IBGE | Elaboração: DIEESE

(1) Esse percentual refere-se a diferença entre as correções ocorridas e a inflação medida pelo IPCA-IBGE entre 1996 e a 2017